

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2013 e 2012**

A handwritten signature or mark in black ink, consisting of several vertical and diagonal strokes, located in the bottom right corner of the page.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais (consolidados)	5
Demonstrações dos ativos líquidos (plano de benefício definido)	6
Demonstrações dos ativos líquidos (plano de contribuição definida)	7
Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidadas)	8
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (plano de benefício definido)	9
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (plano de contribuição definida)	10
Demonstrações do plano de gestão administrativa (consolidadas)	11
Demonstrações do plano de gestão administrativa (plano de benefício definido)	12
Demonstrações do plano de gestão administrativa (plano de contribuição definida)	13
Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios (plano de benefício definido)	14
Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios (plano de contribuição definida)	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16





KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadores da
TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Entidade") e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Balanços patrimoniais (consolidados) em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Disponível		639	413	Exigível operacional			
Realizável				Gestão previdencial		5.317	6.219
Gestão previdencial	4	62.820	66.108	Gestão administrativa		4.536	3.843
Gestão administrativa	5	7.479	6.787	Investimentos		1.391	1.263
		70.299	72.895			11.244	11.325
Investimentos:				Exigível contingencial			
Títulos públicos		301	278	Gestão previdencial		33.625	21.179
Créditos privados e depósitos		6	6	Gestão administrativa		5.327	4.799
Ações		317.743	375.378	Investimentos		9.576	11.463
Fundos de investimentos		5.246.052	4.957.658			48.528	37.441
Investimentos imobiliários		159.731	85.686	Patrimônio social	8		
Empréstimos		34.153	36.364	Patrimônio de cobertura do plano			
Financiamentos imobiliários		5.998	6.832	Provisões matemáticas:			
Depósitos judiciais/recursais		2.254	2.254	Benefícios concedidos		3.517.400	3.372.246
	6	5.766.238	5.464.456	Benefícios a conceder		1.347.953	1.275.883
Permanente					9	4.865.353	4.648.129
Imobilizado		534	527	Equilíbrio técnico			
				Resultados realizados:			
Gestão assistencial	10	8.763	5.840	Superavit técnico acumulado	9(e)	782.478	728.392
				Fundos			
				Fundos previdenciais		107.506	87.767
				Fundos administrativos		21.252	24.221
				Fundos dos investimentos		1.349	1.017
						130.107	113.005
				Gestão assistencial	10	5.777.938	5.489.526
						8.763	5.840
Total do ativo		5.846.473	5.544.131	Total do passivo		5.846.473	5.544.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações dos ativos líquidos (plano de benefício definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Ativos			
Disponível	191	39	389,74%
Recebível	19.167	23.066	-16,90%
Investimento	2.535.294	2.412.382	5,10%
Títulos públicos	301	278	8,27%
Créditos privados e depósitos	6	6	0,00%
Ações	317.743	375.378	-15,35%
Fundos de investimento	2.049.600	1.941.894	5,55%
Investimentos imobiliários	159.731	85.686	86,41%
Empréstimos	7.014	8.064	-13,02%
Financiamentos imobiliários	899	1.076	-16,45%
	<u>2.554.652</u>	<u>2.435.487</u>	<u>4,89%</u>
Obrigações			
Operacional	3.101	2.919	6,24%
Contingencial	<u>22.188</u>	<u>15.830</u>	<u>40,16%</u>
	<u>25.289</u>	<u>18.749</u>	<u>34,88%</u>
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	10.638	12.101	-12,09%
Fundos dos investimentos	<u>303</u>	<u>229</u>	<u>32,31%</u>
	<u>10.941</u>	<u>12.330</u>	<u>-11,27%</u>
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	1.827.709	1.746.700	4,64%
Superávit técnico	676.604	644.990	4,90%
Fundos previdenciais	<u>14.109</u>	<u>12.718</u>	<u>10,94%</u>
	<u>2.518.422</u>	<u>2.404.408</u>	<u>4,74%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações dos ativos líquidos (plano de contribuição definida)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Ativos			
Disponível	421	353	19,26%
Recebível	64.905	67.263	-3,51%
Investimento	3.205.614	3.024.293	6,00%
Fundos de investimento	3.173.376	2.990.237	6,12%
Empréstimos	27.139	28.299	-4,10%
Financiamentos imobiliários	5.099	5.757	-11,43%
	<u>3.270.940</u>	<u>3.091.909</u>	<u>5,79%</u>
Obrigações			
Operacional	3.606	4.563	-20,97%
Contingencial	18.759	14.558	28,86%
	<u>22.365</u>	<u>19.121</u>	<u>16,97%</u>
Fundos administrativos	10.614	12.120	-12,43%
Fundos dos investimentos	1.046	788	32,74%
	<u>11.660</u>	<u>12.908</u>	<u>-9,67%</u>
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	3.037.644	2.901.429	4,69%
Superávit técnico	105.874	83.402	26,94%
Fundos previdenciais	93.397	75.049	24,45%
	<u>3.236.915</u>	<u>3.059.880</u>	<u>5,79%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidadas)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Patrimônio social - Início do exercício	<u>5.489.526</u>	<u>4.800.326</u>	<u>14,36%</u>
Adições			
Contribuições previdenciais	76.592	80.666	-5,05%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	546.848	840.419	-34,93%
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	79.525	100,00%
Receitas administrativas	9.305	8.847	5,18%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	4.186	2.969	40,99%
Constituição de fundos	332	353	-5,95%
Receitas assistenciais	<u>36.859</u>	<u>25.225</u>	<u>46,12%</u>
	<u>674.122</u>	<u>1.038.004</u>	<u>-35,06%</u>
Destinações			
Benefícios	(317.126)	(307.937)	2,98%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(15.263)	-	0,00%
Despesas administrativas	(15.761)	(15.070)	4,59%
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(699)	(572)	22,14%
Despesas assistenciais	<u>(36.859)</u>	<u>(25.225)</u>	<u>46,12%</u>
	<u>(385.708)</u>	<u>(348.804)</u>	<u>10,58%</u>
Acréscimo no ativo líquido			
Provisões matemáticas	217.224	435.453	-50,12%
Superávit técnico do exercício	54.086	241.764	-77,63%
Fundos previdenciais	19.739	15.456	27,71%
Fundos administrativos	(2.969)	(3.826)	-22,40%
Fundos dos investimentos	<u>332</u>	<u>353</u>	<u>-5,95%</u>
	<u>288.412</u>	<u>689.200</u>	<u>-58,15%</u>
Patrimônio social - Final do exercício	<u>5.777.938</u>	<u>5.489.526</u>	<u>5,25%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (plano de benefício definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	<u>2.404.408</u>	<u>2.008.561</u>	<u>19,71%</u>
Adições			
Contribuições	12.239	11.805	3,68%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	257.829	513.308	-49,77%
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	7.328	100,00%
	<u>270.068</u>	<u>532.441</u>	<u>-49,28%</u>
Destinações			
Benefícios	(145.190)	(136.594)	6,29%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(10.863)	-	0,00%
	<u>(156.053)</u>	<u>(136.594)</u>	<u>14,25%</u>
Acréscimo no ativo líquido			
Provisões matemáticas	81.009	162.038	-50,01%
Fundos previdenciais	1.391	2.642	-47,35%
Superávit técnico do exercício	31.614	231.167	-86,32%
	<u>114.014</u>	<u>395.847</u>	<u>-71,20%</u>
Ativo líquido - Final do exercício	<u>2.518.422</u>	<u>2.404.408</u>	<u>4,74%</u>
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	10.638	12.101	-12,09%
Fundos dos investimentos	303	229	32,18%
	<u>10.941</u>	<u>12.330</u>	<u>-11,26%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (plano de contribuição definida)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	<u>3.059.880</u>	<u>2.763.054</u>	<u>10,74%</u>
Adições			
Contribuições	64.353	68.861	-6,55%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	289.019	327.111	-11,64%
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	72.197	-100,00%
	<u>353.372</u>	<u>468.169</u>	<u>-24,52%</u>
Destinações			
Benefícios	(171.936)	(171.343)	0,35%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	<u>(4.400)</u>	<u>-</u>	<u>0,00%</u>
	<u>(176.336)</u>	<u>(171.343)</u>	<u>2,91%</u>
Acréscimo no ativo líquido			
Provisões matemáticas	136.215	273.415	-50,18%
Fundos previdenciais	18.348	12.814	43,19%
Superávit técnico do exercício	<u>22.472</u>	<u>10.597</u>	<u>112,06%</u>
	<u>177.035</u>	<u>296.826</u>	<u>-40,36%</u>
Ativo líquido - Final do exercício	<u>3.236.915</u>	<u>3.059.880</u>	<u>5,79%</u>
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	10.614	12.120	-12,43%
Fundos dos investimentos	<u>1.046</u>	<u>788</u>	<u>32,74%</u>
	<u>11.660</u>	<u>12.908</u>	<u>-9,67%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa (consolidadas)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Fundo administrativo do exercício anterior	<u>24.221</u>	<u>28.047</u>	<u>-13,64%</u>
Custeio da gestão administrativa			
Receitas			
Custeio administrativo dos investimentos	7.430	7.009	6,01%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	441	477	-7,55%
Receitas diretas	363	338	7,40%
Resultado positivo dos investimentos	4.186	2.968	41,04%
Reembolso da gestão assistencial	<u>1.071</u>	<u>1.023</u>	<u>4,69%</u>
	<u>13.491</u>	<u>11.815</u>	<u>14,19%</u>
Despesas administrativas			
Administração previdencial			
Pessoal e encargos	4.084	3.827	6,72%
Treinamentos/Congressos e seminários	4	16	-75,00%
Viagens e estadias	34	25	36,00%
Serviços de terceiros	1.617	1.599	1,13%
Despesas gerais	737	762	-3,28%
Depreciações e amortizações	83	70	18,57%
Contingências	<u>699</u>	<u>572</u>	<u>22,20%</u>
	<u>7.258</u>	<u>6.871</u>	<u>5,63%</u>
Administração dos investimentos			
Pessoal e encargos	5.425	5.107	6,23%
Treinamentos/congressos e seminários	11	26	-57,69%
Viagens e estadias	43	32	34,38%
Serviços de terceiros	1.368	1.303	4,99%
Despesas gerais	918	930	-1,29%
Depreciações e amortizações	<u>107</u>	<u>89</u>	<u>20,22%</u>
	<u>7.872</u>	<u>7.487</u>	<u>5,14%</u>
Administração assistencial	<u>1.071</u>	<u>1.022</u>	<u>4,79%</u>
Outras despesas	<u>259</u>	<u>262</u>	<u>-1,26%</u>
Insuficiência da gestão administrativa	<u>(2.969)</u>	<u>(3.826)</u>	<u>-22,41%</u>
Reversão do fundo administrativo	<u>(2.969)</u>	<u>(3.826)</u>	<u>-22,41%</u>
Fundo administrativo do exercício atual	<u>21.252</u>	<u>24.221</u>	<u>-12,26%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa (plano de benefício definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Fundo administrativo do exercício anterior	<u>12.101</u>	<u>14.042</u>	<u>-13,82%</u>
Custeio da gestão administrativa			
Recetas			
Custeio administrativo dos investimentos	4.005	3.211	124,73%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	101	109	-7,34%
Recetas diretas	188	179	5,03%
Resultado positivo dos investimentos	<u>2.086</u>	<u>1.484</u>	<u>40,57%</u>
	<u>6.380</u>	<u>4.983</u>	<u>28,04%</u>
Despesas administrativas			
Administração previdencial			
Despesas comuns	3.308	3.156	4,82%
Despesas específicas	294	310	-5,16%
Viagens e estadias	5	4	25,00%
Serviços de terceiros	169	186	-9,14%
Despesas gerais	<u>120</u>	<u>120</u>	<u>0,00%</u>
	<u>3.602</u>	<u>3.466</u>	<u>3,92%</u>
Administração dos investimentos			
Despesas comuns	3.872	3.126	23,86%
Despesas específicas	235	194	21,13%
Viagens e estadias	7	6	16,67%
Serviços de terceiros	74	50	48,00%
Despesas gerais	<u>154</u>	<u>138</u>	<u>11,59%</u>
	<u>4.107</u>	<u>3.320</u>	<u>23,70%</u>
Outras despesas	<u>134</u>	<u>139</u>	<u>-3,60%</u>
Insuficiência da gestão administrativa	<u>(1.463)</u>	<u>(1.942)</u>	<u>-24,67%</u>
Reversão do fundo administrativo	<u>(1.463)</u>	<u>(1.942)</u>	<u>-24,67%</u>
Fundo administrativo do exercício atual	<u>10.638</u>	<u>12.100</u>	<u>-12,08%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa (plano de contribuição definida)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Fundo Administrativo do exercício anterior	<u>12.120</u>	<u>14.005</u>	<u>-13,46%</u>
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio administrativo dos investimentos	3.417	3.798	-10,03%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	348	368	-5,43%
Receitas diretas	175	159	10,06%
Resultado positivo dos investimentos	<u>2.100</u>	<u>1.485</u>	<u>41,41%</u>
	<u>6.040</u>	<u>5.810</u>	<u>3,96%</u>
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Despesas comuns	3.093	2.819	9,72%
Despesas específicas	563	586	-3,92%
Viagens e estadias	9	10	-10,00%
Serviços de terceiros	434	456	-4,82%
Despesas gerais	<u>120</u>	<u>120</u>	<u>0,00%</u>
	<u>3.656</u>	<u>3.405</u>	<u>7,37%</u>
Administração dos Investimentos			
Despesas comuns	3.587	4.001	-10,35%
Despesas específicas	178	164	8,54%
Viagens e estadias	12	11	9,09%
Serviços de terceiros	36	32	12,50%
Despesas gerais	<u>130</u>	<u>121</u>	<u>7,44%</u>
	<u>3.765</u>	<u>4.165</u>	<u>-9,60%</u>
Outras Despesas	<u>125</u>	<u>124</u>	<u>0,81%</u>
Insuficiência da Gestão Administrativa	<u>(1.506)</u>	<u>(1.884)</u>	<u>-20,06%</u>
Reversão do Fundo Administrativo	<u>(1.506)</u>	<u>(1.884)</u>	<u>-20,06%</u>
Fundo Administrativo do exercício atual	<u>10.614</u>	<u>12.120</u>	<u>-12,43%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios (plano de benefício definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Provisões técnicas	<u>2.544.015</u>	<u>2.423.969</u>	<u>4,95%</u>
1. provisões matemática	<u>1.827.709</u>	<u>1.746.700</u>	<u>4,64%</u>
1.1. benefício concedido	<u>1.826.152</u>	<u>1.745.419</u>	<u>4,63%</u>
Benefício definido	1.826.152	1.745.419	4,63%
1.2. benefício a conceder	<u>1.557</u>	<u>1.281</u>	<u>21,55%</u>
Benefício definido	1.557	1.281	21,55%
2. equilíbrio técnico	<u>676.604</u>	<u>644.990</u>	<u>4,90%</u>
2.1. resultado realizados	<u>676.604</u>	<u>644.990</u>	<u>4,90%</u>
Superavit técnico acumulado	<u>676.604</u>	<u>644.990</u>	<u>4,90%</u>
Reserva de contingência	456.927	435.281	4,97%
Reserva para revisão de plano	219.677	209.709	4,75%
3. fundos	<u>14.412</u>	<u>12.948</u>	<u>11,31%</u>
3.1. fundos previdenciais	14.109	12.718	10,93%
3.2. fundos dos investimento - Gestão previdencial	303	229	32,18%
4. exigível operacional	<u>3.102</u>	<u>3.502</u>	<u>-11,42%</u>
4.1. gestão previdencial	2.389	2.919	-18,17%
4.2. investimento - Gestão previdencial	713	582	22,43%
5. exigível contingencial	<u>22.188</u>	<u>15.830</u>	<u>40,16%</u>
5.1. gestão previdencial	14.866	6.621	124,54%
5.2. investimento - Gestão previdencial	7.322	9.209	-20,49%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social

Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios (plano de contribuição definida)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Var %
Provisões técnicas	<u>3.260.326</u>	<u>3.079.788</u>	<u>5,86%</u>
1. provisões matemática	<u>3.037.644</u>	<u>2.901.429</u>	<u>4,69%</u>
1.1. benefício concedido	<u>1.691.248</u>	<u>1.626.827</u>	<u>3,96%</u>
Contribuição definida	470.530	477.000	-1,36%
Benefício definido	1.220.718	1.149.827	6,17%
1.2. benefício a conceder	<u>1.346.396</u>	<u>1.274.602</u>	<u>5,63%</u>
Contribuição definida	1.346.396	1.274.602	5,63%
Saldo de contas - Parcela patrocinadores	559.830	532.723	5,09%
Saldo de conta - Parcela participantes benefício definido	786.566	741.879	6,02%
2. equilíbrio técnico	<u>105.874</u>	<u>83.402</u>	<u>26,94%</u>
2.1. resultado realizados	<u>105.874</u>	<u>83.402</u>	<u>26,94%</u>
Superavit técnico acumulado	<u>105.874</u>	<u>83.402</u>	<u>26,94%</u>
Reserva de contingência	105.874	83.402	26,94%
3. fundos	<u>94.443</u>	<u>75.837</u>	<u>24,53%</u>
3.1. fundos previdenciais	93.397	75.049	24,45%
3.2. fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.046	788	32,74%
4. exigível operacional	<u>3.606</u>	<u>4.563</u>	<u>-20,97%</u>
4.1. gestão previdencial	2.928	3.881	-24,56%
4.2. investimento - Gestão previdencial	678	681	-0,46%
5. exigível contingencial	<u>18.759</u>	<u>14.558</u>	<u>28,86%</u>
5.1. gestão previdencial	18.759	14.558	28,86%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 Contexto operacional

A TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (“TELOS”, “Fundação” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída em 1º de agosto de 1975 pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), por prazo indeterminado, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social por intermédio, respectivamente, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Secretaria de Política de Previdência Complementar (SPPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e das Resoluções específicas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 23 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.154 criou a PREVIC, autarquia responsável pela fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar. As competências atribuídas a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) foram automaticamente transferidas para PREVIC.

O CNPC, que exerce a função de órgão regulador do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar é a atual denominação do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

As legislações publicadas pela SPC e CGPC continuam vigentes.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004 e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, respectivamente.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a TELOS tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social para os empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores.

A partir da Lei 109/01, as entidades fechadas de previdência complementar que já prestassem serviços assistenciais de saúde aos seus participantes e assistidos poderiam continuar a fazê-lo. Desta forma, a TELOS manteve a Administração do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas - AMAP destinado aos assistidos do Plano de Benefício Definido, assim como seus dependentes e pensionistas, na forma prevista no seu regulamento.

A TELOS é uma entidade multipatrocinada e multiplano e, atualmente, possui dois tipos de planos previdenciais com seguintes patrocínios:

Planos de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio	Total de Participantes		
				Ativos	Aposentados	Pensionistas
Plano de Benefício Definido (PBD)	1988.0011-29	Benefício Definido	- Embratel - TELOS	5	2.607	759
Plano de Contribuição Definida (PCD)	1988.0066-38	Contribuição Variável	- Embratel - Star One S.A. - Telmex do Brasil (a) - Primesys Soluções Empresariais S.A. - Tv Sat Telecomunicações Ltda. - TELOS	6.558	3.060	134

- (a) A PREVIC aprovou, por meio do Ofício nº 3/80, o convênio de adesão da Telmex do Brasil Ltda. ("Telmex"), na qualidade de Patrocinadora do Plano de Contribuição Definida (PCD) da TELOS. Tal aprovação entrou em vigor no dia 24 de agosto de 2012, data da publicação em Diário Oficial, sendo as primeiras contribuições da Telmex ao PCD realizadas a partir de janeiro de 2013.

Os recursos de que a Fundação dispõe para o seu funcionamento são representados por contribuições de seus patrocinadores, dos participantes e assistidos, exceto pensionistas do PBD, e dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução BACEN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da TELOS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo CNPC, CGPC e pela SPC, do Ministério da Previdência Social (MPS).

As diretrizes contábeis para as entidades fechadas de previdência complementar são estabelecidas pela Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que entrou em vigor em 16 de dezembro de 2011 revogando a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, pela Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009 da Secretaria de Previdência Complementar, e Instrução MPS/Previc nº 5, de 08/09/2011. A resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, alterou a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, substituindo as demonstrações das obrigações atuariais dos planos de benefícios pelas demonstrações das provisões técnicas dos planos de benefícios.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Fundação para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as receitas de contribuições dos autopatrocinados do PCD, que são registradas pelo regime de caixa.

b. Gestão previdencial - Realizável

Representado, substancialmente, por contas a receber da patrocinadora Embratel (veja Nota Explicativa nº 4), atualizada até a data do balanço pelos índices fixados em contrato.

c. Investimentos

A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por plano de benefícios.

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a Administração julga necessária, é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

c.1 Créditos privados e fundos de investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Fundos de investimento

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos.

Operações compromissadas

As operações compromissadas presentes na carteira dos fundos de investimento são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração.

Títulos públicos

Os títulos públicos federais são ajustados ao valor de mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as projeções de taxas de juros divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos públicos federais mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data de aquisição, deduzido das amortizações e juros recebidos, quando aplicável.

Títulos privados

Os títulos privados da carteira própria e dos fundos investidos são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor de mercado com base nas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).

c.2 Ações

O segmento de ações está representado por ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado, considerada a cotação de fechamento da BM&FBOVESPA S.A. do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada.

c.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustado por reavaliação no mínimo a cada três anos, como determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, sendo os efeitos das reavaliações computados diretamente no resultado do exercício, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no último laudo de reavaliação, e sua contrapartida é lançada em rendas/variações negativas.

c.4 Empréstimos e financiamentos imobiliários

Referem-se às operações com participantes e assistidos, e estão demonstrados pelo valor do principal mais atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescido de 7% ao ano, incorridos até a data do balanço. Nos financiamentos imobiliários, caso o participante deixe de ser contribuinte, os juros passam a ser de 12% ao ano. A Fundação possui contratos antigos em que os indexadores são a TR acrescidos de 1% ao mês, mas atualmente sem concessões. A Fundação constitui provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa de acordo com o item 11 do anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

c.5 Depósitos judiciais

De acordo com a Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, os depósitos judiciais deverão ser registrados em contas de ativo no realizável.

d. Permanente - Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

e. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante provável de perda que a administração julga necessário, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

f. Patrimônio social

Patrimônio de cobertura do plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas pelo atuário interno e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PBD representam o valor atual dos compromissos assumidos pela TELOS líquidos das contribuições futuras dos assistidos.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PCD estão representadas pelo: (i) valor atual dos compromissos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e seus beneficiários; e (ii) saldo da conta de saque programado para os participantes assistidos com benefício nesta modalidade.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do PBD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso do PCD, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os saldos das contas totais dos participantes ainda não assistidos, acrescidos do total do saldo de conta de contribuições destinadas ao financiamento do saldo de conta projetada para os casos de incapacidade ou morte em atividade.

No equilíbrio técnico estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, por Plano, tal valor é registrado como "reserva de contingência".

Fundos

Os fundos previdenciais podem ser utilizados para cobrir eventuais desvios na ocorrência de variações nas estimativas previstas no plano de custeio.

Já o fundo administrativo é constituído pelo resultado encontrado na apuração das receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa.

O fundo de investimentos é constituído com recursos de cobertura de riscos de empréstimos e financiamentos imobiliários a participantes, assistidos e autopatrocinados.

g. Gestão assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos demais planos de benefícios administrados pela TELOS, e seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

h. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

i. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4 Gestão previdencial

	2013	2012
Recursos a Receber - Previdencial	9.335	9.926
Recursos a Receber - Embratel (c)	39.486	42.615
Depósitos Judiciais	13.999	13.567
	62.820	66.108

A gestão previdencial tem por objetivo registrar os valores referentes aos planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Até 31 de dezembro de 1998, a TELOS oferecia somente o PBD, adotando o regime de capitalização em suas avaliações atuariais e na determinação das provisões matemáticas.

Em novembro de 1998, a TELOS efetivou a reformulação de seu estatuto e criou o PCD, o qual foi aprovado pela SPC por meio do Ofício nº 837/SPC/CGOF/COJ. Até 31 de dezembro de 1998, os participantes puderam migrar do PBD para o PCD, e, a partir de 1º de janeiro de 1999, as inscrições de novos participantes passaram a ser realizadas somente no âmbito do PCD.

a. Taxas do PBD

As taxas de contribuição praticadas pelo PBD, de acordo com o seu plano de custeio, considerando a suspensão da cobrança das contribuições para cobertura das despesas administrativas do plano durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram as seguintes:

		2013 (%)	2012 (%)
Patrocinadores	P	17,53	17,53
Participantes ativos	P1	2,70	2,70
Participantes ativos	P2	1,80	1,80
Participantes ativos	P3	14,69	14,69
Participantes assistidos	PA	9,00	9,00



P Percentual incidente sobre o total dos salários de participação dos participantes ativos.

P1 Percentual incidente sobre o salário de participação.

P2 Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação à metade do limite máximo do salário de contribuição para Previdência Social.

P3 Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação ao limite máximo do salário de contribuição para Previdência Social.

PA Percentual incidente sobre o benefício da TELOS.

b. **Taxas do PCD**

Nesse plano, o participante recolhe a sua contribuição normal, variável de 3% a 12% calculada sobre seu salário aplicável e, caso deseje incrementar o valor do benefício futuro, pode efetuar contribuições adicionais.

Já o patrocinador recolhe a contribuição normal, de valor igual ao da contribuição normal de cada participante, limitado a 8% do salário aplicável. O patrocinador é responsável, ainda, pelo custeio dos saldos de contas projetadas baseado em taxa avaliada atuarialmente e pela cobertura das despesas administrativas do plano, por meio do recolhimento de contribuições específicas para tal finalidade.

c. **Valor a receber da Embratel**

A TELOS assinou com a Embratel em 1º de setembro de 1999 o Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial no valor inicial de R\$ 362.891, com liquidação no prazo máximo de 20 anos. O termo de confissão de dívida foi aprovado pela SPC por meio do Ofício nº 596 - SPCGAB/CGAS/CGAR. Em 31 de dezembro de 2013 o valor a receber da Embratel era de R\$ 39.486 (2012: R\$ 42.615), reconhecido no PCD.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do PCD.

Os rendimentos relativos ao saldo devedor são pagos mensalmente pela Embratel e são calculados com base na taxa de valorização dos ativos do PBD no Grupo Realizável - Gestão administrativa.

O Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial garante que a valorização dos ativos do PBD não será inferior ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acrescido de 6% ao ano. A diferença entre a valorização acumulada dos ativos do PBD e a variação acumulada do IGP-DI, quando a variação do IGP-DI for superior a dos ativos do PBD, é paga pela ocorrência dos eventos de aposentadoria, invalidez, falecimento, resgate ou portabilidade de recursos.

5 **Gestão administrativa**

Recursos a Receber - Administrativo (a)
Depósitos Judiciais (b)

2013	2012
2.008	2.069
5.471	4.718
<u>7.479</u>	<u>6.787</u>

- (a) Registra as operações administrativas inerentes às atividades da Fundação. Os recursos necessários à cobertura das despesas são os repassados pela gestão previdencial, fluxo de investimentos e gestão assistencial.

O Resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) é apurado pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Patrimônio do PGA. O saldo do Patrimônio do PGA é segregado por plano de benefício previdencial não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

O critério de rateio das despesas administrativas comuns aos planos de benefícios, leva em consideração o número de participantes e o montante dos investimentos. Já as despesas específicas são alocadas diretamente aos planos de benefícios.

A TELOS registra, em contas contábeis específicas no ativo e no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no PGA.

Por decisão do Conselho Deliberativo, foi suspensa desde 2005 a cobrança das contribuições para cobertura das despesas administrativas recolhidas diretamente nas taxas de patrocinadores, participantes ativos e assistidos e participantes em manutenção de inscrição de salário de participação.

- (b) A partir de março de 2011, a Administração decidiu por realizar depósitos judiciais referentes à contingência do PIS/COFINS, cuja explicação está apresentada na Nota Explicativa nº 8.b.

Remuneração dos Dirigentes e Administradores

A remuneração dos Dirigentes e Administradores da TELOS totalizou R\$ 1.149 (R\$ 1.088 em 2012).

Gastos com Serviços de Terceiros

	2013	2012
Honorários Advocáticos	1.027	1.052
Manutenção de Sistemas Corporativos 1.181		1.139
Despesas com Auditoria	156	120
Conservação e Limpeza	463	429
Administração de Assistência Médica	503	512
Outras 485		447
	<hr/>	<hr/>
Total	3.815	3.699

6 Investimentos

	2013	%	2012	%
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro	<u>301</u>	-	<u>278</u>	-
Créditos privados				
Debêntures não conversíveis	<u>6</u>	-	<u>6</u>	-
Ações				
Companhias abertas ¹	<u>317.743</u>		<u>375.378</u>	
	<u>317.743</u>	5,5	<u>375.378</u>	6,9
Fundos de investimento				
Renda Fixa	1.467.746		1.421.337	
Ações	138.593		170.158	
Multimercado	3.624.700		3.357.849	
Participações	4.783		3.066	
Imobiliário	<u>10.230</u>		<u>5.248</u>	
	<u>5.246.053</u>	91,0	<u>4.957.658</u>	90,7
Investimentos imobiliários				
Uso próprio	6.710		2.783	
Locadas a patrocinadores	67.993		30.853	
Locadas a terceiros	4.304		2.094	
Rendas de participação	<u>80.724</u>		<u>49.956</u>	
	<u>159.731</u>	2,8	<u>85.686</u>	1,5
Empréstimos	<u>34.153</u>	0,6	<u>36.364</u>	0,7
Financiamentos imobiliários	<u>5.998</u>	0,1	<u>6.832</u>	0,1
Depósitos judiciais	<u>2.254</u>	0,0	<u>2.254</u>	0,1
Total dos investimentos	<u>5.766.238</u>	100,0	<u>5.464.456</u>	100,0

¹ Ações referentes à empresa Tupy S.A.

a. Títulos e valores mobiliários

A totalidade dos investimentos em títulos públicos e privados em 31 de dezembro de 2013 é composta substancialmente por meio de cotas de fundos de investimento exclusivos, com exceção das Letras Financeiras do Tesouro Federal, Estadual e Municipal que são registradas em carteira própria.

Para fazer face a possíveis riscos de perda na realização dos títulos públicos relativos às Letras Financeiras do Tesouro Estadual e Municipal que estão vinculados a precatórios, a TELOS mantém provisão para perdas no valor de R\$ 63.610 (2012: R\$ 63.610), correspondente a 100% do valor desses títulos em 31 de dezembro de 2013. Esses títulos foram atualizados até as datas de seus vencimentos, que ocorreram em 1º de maio de 2001 e 1º de junho de 1998, respectivamente. A composição da carteira está apresentada líquida dessa provisão.

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2013 e 2012

A Fundação, quando julga necessário, efetua provisão com objetivo de expressar o valor justo dos ativos.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, demonstramos nos quadros a seguir as características dos títulos e valores mobiliários, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos, por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2013:

	Valor contábil	Valor de mercado
PBD		
Tipo/Natureza:		
Títulos e valores mobiliários para negociação:		
Ações	317.743	317.743
Operações Compromissadas	67.535	67.535
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	127.226	127.226
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	9.665	9.665
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	301	301
CDB - Certificados de Depósito Bancário	40.657	40.657
Debêntures	6.069	6.069
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	24.870	24.870
Cotas de Fundo de Investimento em Participações	6.180	6.180
Cotas de Fundos	12.811	12.811
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	8.833	8.833
Swap	11.475	11.475
Outros	(20)	(20)
	<u>633.345</u>	<u>633.345</u>
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	374.578	329.590
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	1.291.082	1.472.098
CDB - Certificados de Depósito Bancário	19.359	19.359
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	48.287	50.056
Debêntures	999	1.000
	<u>1.734.305</u>	<u>1.872.130</u>
Total	<u><u>2.367.650</u></u>	<u><u>2.505.475</u></u>
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias	20.358	20.385
Entre 361 dias e 1.080 dias	-	-
A partir de 1.081 dias	<u>1.713.953</u>	<u>1.851.745</u>
	<u>1.734.311</u>	<u>1.872.130</u>

TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2013 e 2012

PCD

Tipo/Natureza:

Títulos e valores mobiliários para negociação:

Ações	162.402	162.402
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	439.771	439.771
LTN - Letras do Tesouro Nacional	443.916	443.916
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	88.452	88.452
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	9.665	9.665
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	79.694	79.694
Debêntures	47.892	47.892
CDB - Certificados de Depósito Bancário	12.832	12.832
Swap	10.781	10.781
Operações Compromissadas	506.143	506.143
Cotas de Fundos de Investimento em Participações	1.005	1.005
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	10.942	10.942
Cotas de Fundos	32.581	32.581
Outros	<u>(28.879)</u>	<u>(28.879)</u>
	<u>1.817.197</u>	<u>1.817.197</u>

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	82.953	67.327
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	1.225.802	1.381.306
CDB - Certificados de Depósito Bancário	19.359	19.385
Debêntures	428	429
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	<u>27.637</u>	<u>28.999</u>
	<u>1.356.179</u>	<u>1.497.446</u>

Total

3.173.376 3.314.643

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

Por faixa de vencimento:

Até 360 dias	19.788	19.814
Entre 361 dias e 1.080 dias	-	-
A partir de 1.081 dias	<u>1.336.391</u>	<u>1.477.631</u>
	<u>1.356.179</u>	<u>1.477.405</u>

PGA

Tipo/Natureza:

Títulos para negociação:

Operações compromissadas	3.616	3.616
NTN - Notas do Tesouro Nacional	<u>775</u>	<u>775</u>
Outros	<u>4.391</u>	<u>4.391</u>

Títulos mantidos até o vencimento:

NTN - Notas do Tesouro Nacional	<u>18.685</u>	<u>16.759</u>
---------------------------------	---------------	---------------

Total

23.076 21.150

Títulos mantidos até o vencimento:

Por faixa de vencimento:

Entre 361 dias e 1.080 dias	-	-
A partir de 1.081 dias	<u>18.685</u>	<u>16.759</u>
	<u>18.685</u>	<u>16.759</u>

A TELOS, segundo o entendimento de sua Administração, com base em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros, possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" até a data do seu vencimento.

b. Investimentos imobiliários

Os bens relativos aos investimentos imobiliários estavam cobertos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 por apólices de seguro em montante considerado pela Fundação como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Os imóveis integrantes da carteira da TELOS foram reavaliados durante o exercício de 2013 e, em decorrência do registro dos laudos de reavaliação, foi apurada uma valorização na carteira de investimento imobiliário de R\$ 73.242, a qual foi integralmente alocada como receita de reavaliação. No exercício de 2012 não foram realizadas reavaliações.

Localização	Avaliador	Data-base da reavaliação	Valor contábil 31/12/2012	Valor da reavaliação	Variação	Valor contábil 31/12/2013
Rua Regente Feijó, 166	Sênior Consultoria	Junho/13	30.853	69.385	(1.392)	67.993
Amazonas Shopping	C & C Consultoria	Janeiro/13	49.956	78.200	2.524	80.724
Pres. Vargas, 10º ao 11º	Sênior Consultoria	Junho/13	2.783	6.969	(259)	6.710
Pres. Vargas, 12º ao 13º	Sênior Consultoria	Junho/13	<u>2.094</u>	<u>4.459</u>	<u>(155)</u>	<u>4.304</u>
			85.686	159.013	717	159.731

c. Empréstimos e financiamentos imobiliários

A Fundação mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 296 (R\$ 369 em 2012), para fazer face a eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela TELOS.

7 Enquadramento dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, a TELOS detinha 15.109.156 ações ordinárias de TUPY S.A. ("TUPY"), avaliadas a valor de mercado. As ações da TUPY tiveram uma valorização significativa a partir do exercício de 2012, que refletiu no patrimônio do PBD, plano em que tais ações estão alocadas. A referida valorização na cotação da TUPY fez com que a posição financeira da TELOS nesse ativo ultrapassasse o limite de alocação dos recursos, de 10% em uma mesma companhia, estabelecido pela Resolução CMN 3.792/09. O desenquadramento ao referido limite se deu de forma passiva, pois decorreu da valorização das ações, conforme descrito acima, sem que tenha havido ato da gestão de investimentos da TELOS que lhe ocasionasse. Ressalte-se que, até a presente data, o limite de aplicação permanece excedido sem que, contudo, o montante financeiro relativo a tal excesso ultrapasse o resultado superavitário acumulado do PBD, não havendo qualquer medida a ser tomada.

8 Contingências

8.1 Passivas - Exigível contingencial

	2013	2012
Gestão previdencial:		
Ações cíveis e trabalhistas (a)	<u>33.625</u>	<u>21.179</u>
	<u>33.625</u>	<u>21.179</u>
Gestão administrativa:		
Ações trabalhistas	4.283	192
PIS/COFINS liminar (b)	<u>1.044</u>	<u>4.606</u>
	<u>5.327</u>	<u>4.798</u>
Investimentos:		
PIS/COFINS sobre aluguéis (c)	4.297	4.173
Investimentos imobiliários	3.025	5.036
IPTU (d)	<u>2.254</u>	<u>2.254</u>
	<u>9.576</u>	<u>11.463</u>
Total	<u>48.528</u>	<u>37.440</u>

- (a) Referem-se principalmente às ações de um grupo de ex-participantes e assistidos da TELOS, em sua maioria representados pelo sindicato da categoria profissional, referente aos expurgos inflacionários ocorridos no período de 30 de junho de 1987 a 30 de junho de 1991, e buscam os reflexos pertinentes da compensação do expurgo do IPC divulgado pelo IBGE nos planos de benefícios administrados pela TELOS no referido período.
- (b) Com base no êxito obtido, em sede de primeiro grau, nos autos do Processo nº 2005.51.01.011732-1, a TELOS não efetua o recolhimento do PIS e da contribuição da COFINS, por entender que não há formação de base de cálculo para os referidos tributos.

Deste modo, em que pese às decisões favoráveis obtidas, por cautela e atendendo as recomendações do escritório que patrocina a causa, foi constituída a provisão contábil com base nos critérios para formação de base de cálculo apresentados pela Instrução Normativa nº 247/2002 da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tal provisão se justifica no fato de correr perante o Supremo Tribunal Federal ação na qual foi determinada repercussão geral (Recurso Extraordinário nº 400.479) em que, mesmo de forma incidental e a despeito de vitória em sua demanda individual, obrigue a TELOS a reconhecer que algumas das suas receitas compoñham a base de cálculo para o pagamento do PIS e a contribuição da COFINS.

Contudo, ainda sob orientação dos advogados que patrocinam o processo nº 2005.51.01.011732-1, por estratégia administrativa/processual e para a expedição de certidão com efeitos de negativa, a partir do mês de março de 2011, a TELOS reviu o procedimento anterior adotado e passou a realizar depósitos judiciais cujo objetivo é prover a mesma cautela obtida com as provisões contábeis realizadas.

- (c) A ABRAPP sustenta que, conforme determina a Resolução BACEN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, as entidades fechadas de previdência complementar poderão ter parte de seus recursos garantidores aplicados no segmento de imóveis. Dessa forma, segundo entendimento de grande parte do setor, esses rendimentos deveriam ser considerados "aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate" e, portanto, dedutíveis da base de cálculo das contribuições para PIS/COFINS em conformidade com a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

O exigível contingencial do programa de investimento registra as provisões de PIS/COFINS sobre receita de aluguéis, pois a Instrução Normativa (IN) SRF nº 170, de 4 de julho de 2002, não incluiu no seu elenco de deduções as receitas de aluguéis, venda de imóveis e reavaliações da carteira de investimentos imobiliários.

A TELOS, ao tomar essa decisão, segue a mesma postura adotada pela maioria das entidades fechadas de previdência complementar que, conforme orientação da ABRAPP, exclui da base de cálculo de PIS/COFINS a citada receita.

- (d) Referem-se a questionamentos judiciais efetuados pela TELOS ao Município do Rio de Janeiro, relativos ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a taxas municipais incidentes sobre os imóveis da TELOS no período de 1989 a 2002, questionamentos estes que: (i) para o período de 1989 a 1993, consistem no ajuizamento de 15 ações de execução pelo Município, cujos valores estão integralmente depositados judicialmente pela TELOS; e (ii) para o período de 1994 e 1997, consistem em medidas cautelares ajuizadas pela TELOS em que, em cada exercício, foram depositados judicialmente os valores integrais das cotas e taxas referentes a todas as inscrições imobiliárias da TELOS. Cumpre ressaltar, ainda, que, no que se refere aos depósitos administrativos feitos junto à Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro (referentes ao IPTU devido nos exercícios de 1998 a 2002), estes foram integralmente convertidos em renda em favor do Município, por solicitação da TELOS, promovendo-se a baixa das 42 execuções fiscais movidas em face da Fundação.

8.2 Contingências ativas

A TELOS é beneficiária na vitória obtida na ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em decorrência da substituição do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

O FND foi criado em julho de 1986 com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFNDs, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado em 24 de setembro de 2008 no Tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início à ação de execução.

Em maio de 2011, houve consenso sobre os valores totais que deveriam ser ajuizados na execução e sobre a parcela que cada entidade faria jus. A TELOS, após validação interna, autorizou a cobrança de R\$ 43.947 em seu nome, na execução movida em 30 de junho de 2011 pelos patronos da ação movida pela ABRAPP.

Contudo, estes valores ainda passarão pela apreciação do tribunal e estarão sujeitos a contestação por parte dos executados quanto a fidelidade em relação a decisão transitada em julgado de mérito, podendo haver modificações no curso do processo de execução que alterem a quantia e a forma de pagamento.

A respeito da execução foi proferida nova decisão sobre o desmembramento, na qual, determinou que a execução se faça em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos nos juízos competentes. A ABRAPP em 11 de dezembro de 2013 recorreu da

decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído para o Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19/12/2013. Os autos foram encaminhados para a Advocacia Geral da União, para devolução após o recesso forense (20/12/2013 a 06/01/2014).

Quanto à Ação Rescisória tendo em vista que os embargos de declaração opostos, tanto pela ABRAPP quanto da União Federal, foram rejeitados, em 06/09/2013 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ. A União Federal por sua vez também interpôs estes mesmos recursos, que aguardam a apreciação pela Vice-Presidência do TRF-2ª Região, para a subida aos tribunais superiores. No caso da ABRAPP o recurso visa à discussão sobre a redução dos honorários, já a União Federal pretende levar a discussão, de todo o mérito da causa."

Desta forma a TELOS, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, não registrou contabilmente este ativo contingente.

9 Patrimônio social

a. Mutação do patrimônio social

	Patrimônio de cobertura do plano	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.376.521	113.005
Superávit do exercício	54.086	-
Constituição de provisões matemáticas e reversão de fundos	217.224	17.102
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.647.831	130.107

b. Patrimônio de cobertura do plano

Composição consolidada das provisões matemáticas:

	2013	2012
Provisões matemáticas:		
Benefícios concedidos:		
PBD	1.826.152	1.745.419
PCD	1.691.248	1.626.827
	3.517.400	3.372.246
Benefícios a conceder:		
PBD	1.557	1.281
PCD	1.346.396	1.274.602
	1.347.953	1.275.883
	4.865.353	4.648.129

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário interno em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

Em 11 de dezembro de 2012, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da TELOS a proposta de redução da taxa real de juros atuarial do plano PBD de 5% para 4,50% e do plano PCD de 6% para 4,50% e a mudança da tábua de mortalidade do PCD de AT-83 para a AT-2000 e da tábua de inválidos de CSO-41 para CSO-58 para cálculo das provisões matemáticas, a partir de 31 de dezembro de 2012. Essa decisão visou adequar os planos ao cenário de juros baixos esperados no longo prazo e à adoção da Tábua de Mortalidade do PBD no PCD.

Em 11 de dezembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da TELOS a proposta de alteração da tábua de mortalidade geral do PBD de AT-2000 para AT-2000 suavizada em 10% para cálculo das provisões matemáticas, a partir de 31 de dezembro de 2013.

c. Provisão matemática de benefícios concedidos

No que tange ao PBD, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela TELOS em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à TELOS para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

Em relação ao PCD, a provisão matemática de benefícios concedidos correspondente à modalidade de renda mensal vitalícia é o valor atual dos encargos assumidos pela TELOS em relação aos assistidos em gozo de rendas iniciadas de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido. No caso de saque programado, a provisão matemática de benefícios concedidos é o saldo de conta total do participante.

d. Provisão matemática de benefícios a conceder

A provisão matemática de benefícios a conceder do PBD é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela TELOS em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles e pelos patrocinadores venham a ser recolhidas à TELOS para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

No caso do PCD, a provisão matemática de benefícios a conceder é o saldo das contas previdenciárias dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, acrescido do total do saldo da conta de contribuição destinada ao financiamento do saldo da conta projetada, para os casos de incapacidade ou morte em atividade.

Principais premissas atuariais utilizadas:

Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial:	
PBD	Inflação + 4,50% a.a.
PCD	Inflação + 4,50% a.a.
(ii) Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano:	
PBD	Inflação + 6% a.a.
PCD	Inflação + 6% a.a.
(iii) Crescimento salarial médio, crescimento do benefício do INSS e reajuste do benefício do plano	Inflação
(iv) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50% a.a.
(v) Capacidade salarial e de benefícios	0,98 (*)

(*) Fator que reflete a perda do poder aquisitivo, em termos reais, ocorrida nos salários e benefícios, calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e da frequência de reajustes.

	2013	2012
Fatores biométricos		
(i) Tábua de mortalidade geral:		
PBD	AT 2000 suavizada em 10%	AT 2000
PCD	AT-2000	AT-83
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos:		
PBD	CSO-58	CSO-58
PCD	CSO-58	CSO-41
(iii) Tábua de entrada em invalidez	Tábua Mercer	Tábua Mercer
(iv) Rotatividade	Não utilizada	Não utilizada

e. Equilíbrio técnico

O superávit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Fundação. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões matemáticas é destinado à reserva de contingência, classificada em subgrupo do *superávit* técnico, e o restante, se houver, por força da legislação, deve ser destinado a reservas para ajuste do plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi constituída, no PBD, Reserva Especial no montante de R\$ 219.677 (2012: R\$ 209.709).

f. Fundos previdenciais

Os fundos previdenciais foram avaliados de acordo com o plano de custeio em vigor aprovado pelo Conselho Deliberativo e homologado pelos patrocinadores e, também, com base na avaliação atuarial realizada no exercício sob responsabilidade de atuário interno.

O total de fundos previdenciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 107.506 (2012: R\$ 87.767), composto conforme abaixo:



	2013	2012
Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos (PBD)	14.109	12.718
Fundo por Perda de Saldo (PCD)	93.397	75.049
	<u>107.506</u>	<u>87.767</u>

- Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos do PBD - Instituído para dar cobertura a eventuais desvios desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio relacionados à longevidade e morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano conforme descrito em nota técnica atuarial. A contribuição para esse fundo é exclusiva do patrocinador e dos participantes autopatrocinados, e corresponde à aplicação da taxa de 0,285% sobre a folha de salário de participação dos participantes e autopatrocinados remanescente no plano.
- Fundo por Perda de Saldo - De acordo com o artigo 28 do Regulamento do PCD, é constituído pelo saldo positivo originado da diferença apurada entre o valor resgatado ou da portabilidade pelo participante em caso de término do vínculo empregatício e por seu saldo de conta, sendo sua utilização estabelecida no plano de custeio anual, podendo ser utilizado para a cobertura de oscilações desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio relacionados à longevidade e à morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano, conforme descrito em nota técnica atuarial.

10 Gestão assistencial

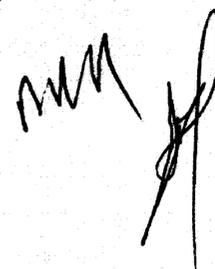
Tem como objetivo administrar recursos, constituídos de acordo com o artigo 5º do Estatuto da TELOS, que se destinam ao custeio de serviços e planos assistenciais existentes na data da promulgação da Lei Complementar nº 109/2001.

A Instrução Conjunta SPC/ANS nº 1, de 18 de dezembro de 2008, estabeleceu critérios para a execução das atribuições legais da então SPC e da Agência Nacional de Saúde (ANS) relacionadas às atividades de assistência à saúde exercida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

As características básicas do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) são:

- O Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) é um plano fechado e atende, exclusivamente, os assistidos do PBD e seus dependentes e os pensionistas em gozo de pensão por morte ou auxílio reclusão. Cobre 85% das despesas médicas dos usuários, limitadas às tabelas de honorários médicos definidos pela Embratel.
- À TELOS cabe única e exclusivamente a gestão dos recursos do AMAP, não sendo responsável por qualquer desequilíbrio financeiro/atuarial deste plano.

Os recursos hoje administrados pela TELOS correspondem, principalmente, ao patrimônio mínimo ajustado exigido pela ANS por meio da RN 160, no montante de R\$ 3.864 (2012: R\$ 3.018). Atualmente, a Embratel, Patrocinadora deste Plano, efetua mensalmente o pagamento das contraprestações, que são pós-estabelecidas.



11 Eventos subsequentes

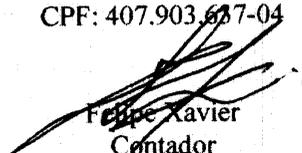
Em 11 de dezembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da TELOS a proposta de alteração de regulamento do PBD que visa eliminar a Contribuição Mensal dos Assistidos. A proposta de alteração do Regulamento foi enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 13 de janeiro de 2014. O impacto contábil estimado, em decorrência da eliminação das contribuições dos assistidos, representa um incremento nas Provisões Matemáticas de aproximadamente R\$ 117.385.

Em 7 de janeiro de 2014, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da TELOS a proposta de alteração de regulamento do PCD que visa a alteração do nome do Plano de Plano de Contribuição Definida - PCD para Plano Telos de Contribuição Variável I = PCV - I e o veto à adesão de novos participantes ao plano a partir da data em que a alteração for aprovada pela PREVIC. Também foi aprovada a criação de um novo plano de previdência denominado Plano Telos de Contribuição Variável II = PCV - II, que será oferecido aos empregados das Patrocinadoras, não inscritos na TELOS, a partir da data de fechamento do PCD a novas adesões.

* ^ * *



Roberto Durães de Pinho
Presidente
CPF: 407.903.637-04



Felipe Xavier
Contador
CRC/RJ-105572-03



FUNDAÇÃO EMBRATTEL
DE SEGURIDADE
SOCIAL

**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO
DELIBERATIVO**

DCD - 01/2014

**APROVA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA
RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013**

**VIGÊNCIA:
31/03/2014**

O Conselho Deliberativo da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, em sua 251ª Reunião, realizada em 18 de março de 2014;

CONSIDERANDO

- A competência que lhe confere o inciso VI do Art. 39 do Estatuto da TELOS;
- A Avaliação atuarial elaborada pela Fundação;
- O Relatório de Auditoria, sem restrições, da KPMG Auditores Independentes, auditoria externa contratada e o parecer do Conselho Fiscal da Fundação,

DELIBERA

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis da TELOS e a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2013.
2. Recomendar à Diretoria o encaminhamento de exemplares dos documentos ora aprovados à PREVIC.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2014

CARLOS HENRIQUE MOREIRA
Presidente